

Pátria Latina, 05 de Dezembro de 2022

Para Petrobrás voltar a desenvolver o Brasil

Por: Pedro Augusto Pinho

As finanças apátridas estão forçando as definições de Lula para divulgar os futuros ocupantes dos cargos que mais lhes interessam no seu próximo governo. Assim, pensam, terão tempo e condições, ainda no governo atual, de fazer o que mais sabem: corromper, subornar e chantagear os eventuais escolhidos.

Lula não pode cair nesta armadilha, mas pode ir testando a capacidade e seriedade dos futuros ocupantes destas funções. A Presidência e o Conselho de Administração da Petrobrás são destas importantes funções para dar condição material de desenvolvimento social, econômico, tecnológico e gerar emprego e renda para os brasileiros.

Não são muitos os pré-requisitos para que se consigam estes resultados, mas são politicamente difíceis, para o que Lula precisa se valer de sua extraordinária inteligência e competência política.

Vejamos a primeira e fundamental medida a ser adotada. Não é necessário que a Petrobrás seja empresa 100% estatal, como o BNDES e a Caixa Econômica Federal. Mas é indispensável que seja 100% brasileira. Tancredo Neves, no discurso nunca pronunciado para sua posse, propunha que as empresas de economia mista fossem o padrão do desenvolvimento brasileiro, com 60% das ações como patrimônio público nacional, inegociável, inalienável, e os 40% restante em mãos de brasileiros, pessoas físicas ou jurídicas, residentes no Brasil.

O BRASIL deve recuperar as ações que hoje são negociadas na Bolsa de Nova Iorque e as que, com fundamento na Resolução do Conselho Monetário Nacional (CMN) nº 2.689, que deve ser imediatamente revogada, estão na posse de investidores estrangeiros. Observem os caros leitores que não basta ser brasileiro, é necessário que, quer pessoa física quer empresa, tenha residência no Brasil.

Façamos a simulação desta medida com os valores de 30 de novembro deste 2022. Pouca diferença será observada se for realizada 30 ou 60 dias depois, principalmente se forem sendo adquiridas competentemente.

A Petrobrás emitiu 13.044.496.939 ações, sendo 2.656.882.654 ADRs, negociadas na Bolsa de Nova Iorque, e 3.309.392.990 adquiridas por estrangeiros, na Bolsa de Valores, em São Paulo, Bovespa, no Brasil, ao abrigo da Resolução CMN nº 2.689, totalizando 45,54% do total.

Na Bolsa de Nova Iorque (NY) estas ADRs oscilaram de US\$ 14,33, no primeiro pregão do ano, a US\$ 11,33 na véspera da eleição. Com a vitória do Lula, anunciada no fim de outubro, foi a US\$ 13,07, e, em 30/11/2022, a US\$ 11,69, no fechamento, sendo a máxima do dia US\$ 11,715. O volume negociado neste dia foi 35.173.593, inferior ao da véspera, 43.211.081. Vê-se, portanto, que estas ações custariam, aproximadamente, não mais do que US\$ 13,00.

Na BOVESPA, ao longo de 2022, a ação ordinária (PETR3), a mais cara, oscilou na faixa de R\$30,00 a R\$ 40,00. Em 30/11/2022, fechou a R\$ 30,39. A PETR4, na mesma data, fechou a R\$ 26,66.

Uma ADR equivale a duas PETR3/PETR4. Estando o câmbio, em 30/11/2022, a US\$ 1/R\$ R\$ 5,2016, cotemos então as PETR3/PETR4, considerando que estas cotações sempre oscilam e a notícia da compra pelo Brasil pode elevá-los, pelo valor da PETR3. As 5.966.275.644 ações seriam adquiridas por US\$ 12,00, ou seja, custariam US\$ 71.600 milhões.

As reservas internacionais do Brasil, em outubro de 2022, registraram o patamar mais baixo em 11 anos, segundo dados do Banco Central, com US\$ 326 bilhões em caixa, semelhante ao registrado em abril de 2011.

O montante é investido em títulos soberanos, em depósitos em outras moedas (dólar, euro, libra esterlina, iene, dólar canadense e dólar australiano), em direitos especiais de saque junto ao Fundo Monetário Internacional (FMI), depósitos no Banco de Compensações Internacionais (BIS) e ouro. Conforme analistas internacionais, só as quedas nas cotações das moedas estrangeiras já fizeram registrar, em 2022, o prejuízo de US\$ 20 bilhões. Também os títulos em papéis do Tesouro dos EUA vêm sofrendo desvalorização, com a inflação estadunidense e as dificuldades com as guerras mantidas por aquele país em todo mundo, especialmente a atual, na Ucrânia.

Assim a compra das ações da Petrobrás também constitui um bom negócio do ponto de vista financeiro (rendimento) e econômico (patrimônio) para o Brasil, evitando o continuado prejuízo das receitas e a redução do valor das reservas internacionais. Esta transformação de reservas em ativos brasileiros no Brasil representa, neste momento, menos de um quarto do total, cerca de 22% das reservas.

Voltando a ter o controle da Petrobrás, o Estado providenciaria a legislação adequada para evitar a evasão de receita e renda para o Brasil e a aplicação do lucro da Petrobrás no desenvolvimento nacional, quer econômico, quer tecnológico, quer na garantia de energia, sem apagões, quer nas áreas sociais da saúde, da educação e da mobilidade urbana. Também eliminaria a necessidade de uma Agência Reguladora, uma vez que apenas a Petrobrás atuaria na área da energia dos hidrocarbonetos.

As Leis nº 9.457, de 5 de maio, nº 9.478, de 6 de agosto, nº 9.491, de 9 de setembro de 1997 e as que lhe seguiram: Lei nº 10.261, de 2001, Lei nº 11.097,

de 2005, Lei nº 12.351, de 2010, Lei nº 12.490, de 2011, Lei nº 12.734, de 2012, Lei nº 12.783, de 2013, Lei nº 13.203, de 2015, Lei nº 13.303, de 2016, Leis nº 13.608 e nº 13609, de 2018, Lei nº 13.849, de 2019, Lei nº 14.134, de 2021, Leis nº 14.292 e nº 14.440, de 2022 seriam todas revogadas e substituídas por nova Lei do Petróleo que o coloque sob a condição de bem nacional, não alienável, e operado por empresa pertencente ao Estado e a residentes no Brasil.

Recuperada a Petrobrás para o povo brasileiro, tratemos então de lhe conferir a característica brasileira para empresa de petróleo no século XXI, ou seja, o modo nacional de usar a autossuficiência em petróleo com a atuação contemporânea às demandas sociais e ao desenvolvimento das novas tecnologias.

Fernando Henrique Cardoso, além de tirar o monopólio da Petrobrás, também a reestruturou para ser empresa de negócios e não de petróleo e, muito menos ainda, de energia, abrindo ainda as portas para a corrupção, com nova política de pessoal e sistema de gestão da Empresa.

Atualmente a Petrobrás tem oito diretorias que não atendem aos objetivos de produtora de energia e desenvolvimento nacional. Ela é empresa de negócios com sócios ou parceiros estrangeiros, que se beneficiam do petróleo brasileiro, do mercado nacional de derivados e da tecnologia que apenas a Petrobrás é detentora.

Nossa proposta é de a PETROBRÁS ser empresa participativa, transparente para seu principal dono, o povo brasileiro, agindo com responsabilidade ambiental e nacional, conforme os recursos disponíveis neste século XXI.

Não há necessidade de mudar a quantidade, mas a qualidade, ou seja, as atribuições das áreas com diretorias específicas.

As fontes primárias das energias fósseis ainda dominam a necessidade de atendimento do planeta. A 71ª edição da “pb Statistical Review of World

Energy”, com dados de 2021, mostra que, por fonte primária, o petróleo, óleo cru, representa 31% do consumo, e o petróleo, gás natural, 24%, perfazendo 55% das necessidades mundiais. Adicionando o carvão vegetal, 27%, tem-se que a origem fóssil ainda é a principal geradora de energia para população, 82%. Isso, no entanto, já é diferente no Brasil e pode ser ainda mais com administração socialmente responsável na Petrobrás.

No Brasil, conforme a “bp review” tem-se: petróleo (óleo) 35%, petróleo (gás natural) 12%, carvão 6%, hidroeletricidade 27%, nuclear 1% e renováveis 19%. Para esta revista, “a energia renovável é baseada na geração bruta de fontes renováveis, incluindo eólica, geotérmica, solar, biomassa e resíduos, e não contabilizando o fornecimento de eletricidade na fronteira”.

Esta “fronteira” é descrita pelo Grupo de Estudo do Setor Elétrico (GESEL) da UFRJ como “o desenvolvimento das redes e da medição inteligente, a relevância da geração distribuída, o crescimento da mobilidade elétrica na prestação de serviços ao sistema e a valorização da gestão flexível da demanda (que) contribuirão para a digitalização e automação crescentes do setor elétrico, (e) que tenderão a se acentuar com a emergência das comunicações 5G”.

Link para a matéria original:
<https://patrialatina.com.br/para-petrobras-voltar-a-desenvolver-o-brasil/>